



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Pela defesa do sector do aluguer de equipamentos industriais

Projeto de Resolução N.º 953/XII/ 3.ª (PCP)

Intervenção do Deputado Bruno Dias

Comissão de Economia e Obras Públicas – 9 de abril de 2014

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

O PCP apresenta o Projeto de Resolução N.º 953/XII/ 3.ª, que recomenda ao Governo a concretização de medidas para o sector do aluguer de equipamentos industriais. Depois da nossa solicitação para este debate, e após o requerimento de adiamento entretanto apresentado pelo PSD, damos por cumprido esse período de adiamento e passamos agora à discussão que importa realizar.

O projeto de resolução do PCP é bastante explícito quanto às propostas que apresenta e quanto ao seu fundamento. A nossa iniciativa aponta medidas concretas, dirigidas ao sector do aluguer de equipamentos industriais, e reporta-se às quatro principais questões que foram identificadas pelo sector e suscitadas pelo mesmo junto dos grupos parlamentares na Assembleia da República.

Em primeiro lugar, a inexistência e a necessidade de criar um regime jurídico que permita enquadrar e regulamentar, de forma integrada, coerente e efetiva, a atividade de alugador de equipamentos industriais e respetivo licenciamento, incluindo o alvará de alugador.

Em segundo lugar, a necessidade de uma revisão urgente do Regulamento das Autorizações Especiais de Trânsito, aprovado pela Portaria n.º 472/2007, de 15 de Junho, no sentido de permitir a agilização dos processos de concessão de autorizações especiais e de considerar a especificidade de equipamentos de grande porte (desde logo as gruas automóveis com peso bruto superior a 60 toneladas).



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Em terceiro lugar, o problema da definição e publicação, também urgente, das normas regulamentares que estabeleçam a calendarização para a homologação e atribuição de matrícula obrigatória relativamente aos tipos de equipamentos industriais ainda não enquadrados nos atuais normativos.

Finalmente, em quarto lugar, a questão do enquadramento interpretativo que vigora na Autoridade Tributária, relativamente à dedução do IVA suportado na aquisição de gasóleo, em que se coloca a necessidade de eliminar o quanto antes esse regime penalizador e discriminatório que tem vindo a ser aplicado a este sector (defendendo-se nesta nossa proposta que seja rapidamente reposta a possibilidade de dedução do IVA suportado a 100%, em termos equiparados aos do regime aplicável ao dos veículos de transporte de mercadorias).

Os senhores deputados certamente estão a par da situação dramática que se faz sentir neste sector. A estagnação verdadeiramente arrasadora que se tem verificado na construção e obras públicas, mas também a quebra nunca antes vista no investimento em instalações e equipamentos industriais, tudo tem contribuído para uma diminuição brutal da atividade deste sector. E para além desta situação gritante de estagnação na atividade fruto da crise, os alugadores de máquinas e equipamentos industriais debatem-se com problemas e vicissitudes várias fruto da própria ação (ou falta dela) ao nível do Governo e das autoridades do Estado.

Podemos testemunhar aqui uma situação que observámos nas recentes Jornadas Parlamentares do PCP, realizadas em Setúbal. Uma das iniciativas que integraram a agenda destas Jornadas foi a visita ao Porto de Setúbal. E na visita aos terminais, impressionava ver a quantidade, a qualidade e a dimensão da maquinaria (autogruas, *dumpers*, retroescavadoras, etc.) que ali se encontrava pronta para o embarque, a ser levada para outros países e outros continentes.

Sabemos que se tratava da ponta do iceberg: a exportação de máquinas e equipamentos industriais usados traduz a quebra no stock de capital fixo na nossa economia – e traduz mais simplesmente o descalabro que se está a viver neste sector.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

E o problema é que estas máquinas e equipamentos estão a ser deslocados porque não têm uso – e um dia hão de fazer falta no nosso país e aí já não estarão disponíveis!

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Recentemente, o Grupo Parlamentar do PCP voltou a ser contactado pela ANAGREI, a estrutura representativa das empresas deste sector que já havia suscitado antes, junto do Governo e da Assembleia da República, estes problemas que aqui trazemos.

Permitam-nos citar aqui o apelo e o testemunho de urgência que foi então transmitido:

«Julgando que o referido projecto ainda não foi objecto de resposta e porque, de acordo com a informação recolhida junto dos nossos Associados, a prática das entidades administrativas se mantém inalterável, vimos reiterar o nosso apelo para que os temas apresentados não caiam no esquecimento sob risco de diminuir ainda mais a capacidade de resposta de um sector da economia que, pela diversidade, complexidade e, tantas vezes, urgência das situações a que responde, depende em larga escala da colaboração de todos os actores envolvidos.

Repetimos que não lutamos pela criação de condições excepcionais, nem pela mera desregulamentação da actividade. Lutamos, e nessa luta apelamos ao V/ apoio, para que os alugadores portugueses disponham de condições de trabalho dignas, razoáveis e em linha com as condições dos operadores de outros mercados da UE, no desígnio de contribuir para uma economia mais forte, mais competitiva e mais resiliente.

Certos que este apelo não ficará sem resposta, manifestamos a nossa total disponibilidade para colaborar na pesquisa e desenvolvimento de soluções adequadas aos problemas enumerados e que fundamentaram o Projecto de Resolução supra referenciado.»



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Senhores Deputados, estas palavras são dirigidas ao PCP, mas na realidade devem ser escutadas pela Assembleia da República e por esta Comissão Parlamentar no seu conjunto. Nós quisemos dar voz e dar consequência a esses alertas e esses apelos que estas empresas expressaram. Com este Projeto de Resolução, não estamos a pedir nada do “outro mundo”: apenas procuramos trazer um contributo construtivo para uma resposta justa e adequada a estes problemas aqui identificados.

Estamos naturalmente disponíveis para trabalhar em conjunto um texto que seja consensual (desde que não descaracterize o sentido da proposta), mas acima de tudo queremos a tomada de medidas concretas, que só pecam por tardias e que devem avançar o quanto antes.

Disse. Muito obrigado.